

## ■ DOSSIÊ - RELATOS DE EXPERIÊNCIA

### ■ Saídas culturais: oportunizando o contato com a Arte aos adolescentes e jovens acompanhados pela Unidade de Internação de Saída Sistemática do Distrito Federal

*Cultural tours: providing opportunities for contact with the Art for adolescents and young offenders accompanied by the Systematic Leave Resocialization Unit of the Federal District*

 Reinaldo Pereira da Silva Junior\*

**Resumo:** Este relato de experiência busca apresentar um dos caminhos adotados pela Unidade de Internação de Saída Sistemática, no ano de 2019, para que os adolescentes e jovens acompanhados por essa unidade pudessem usufruir do direito à cultura, diversão e arte. Também apresenta informações sobre a unidade em questão, que tem um funcionamento diferenciado dentre as Unidades de Internação do Distrito Federal e busca elencar as principais teorias que serviram de suporte para o engajamento na ação aqui chamada de “Saídas culturais”.

**Palavras-chave:** Arte e Socioeducação. Espaços Culturais. Unidade de Internação de Saída Sistemática. Direito à arte, cultura e lazer.

---

**Abstract:** This paper presents one of the strategies adopted by the Systematic Leave Resocialization Unit in 2019, so that adolescents and young offenders accompanied by this unit could enjoy the right to culture, entertainment, and art. It also presents information about the unit under discussion, which functions differently than the other Resocialization Units of the Federal District and seeks to list the main theories that served as support for the engagement in the action here called “Cultural tours”.

**Keywords:** Art and Socioeducation. Cultural Spaces. Systematic Leave Resocialization Unit. Right to art, culture and leisure.

---

\* Reinaldo Pereira da Silva Junior é graduado pela Universidade de Brasília - UnB em Educação Artística com habilitação em Artes Cênicas, pós-graduado pela Faculdade São Salvador em Psicopedagogia institucional e clínica. Especialista Socioeducativo na Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal. Contato: reinaldo.junior@sejus.df.gov.br

## Introdução

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamentado no Brasil a partir da lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012, traz os normativos do atendimento socioeducativo, voltado para os adolescentes autores de atos infracionais. Apresentando-se como parâmetro para a administração e execução das medidas socioeducativas, especifica as competências das três instâncias federativas para o funcionamento do sistema. Essa lei também afirma que o atendimento deve ser fundamentado por um projeto político pedagógico, contemplando a participação dos familiares e comunidade, além de cobrar ações articuladas a outros serviços como: saúde, educação, cultura e lazer, garantindo assim o respeito e o cuidado integral aos direitos básicos dos adolescentes.

Está previsto neste marco que as medidas socioeducativas sejam caminhos para se barrar a trajetória infracional e proporcionar ao adolescente a inclusão cultural, esportiva, social, educacional e profissional. As diretrizes pedagógicas contemplam a priorização da ação socioeducativa em detrimento da sancionatória, além da adoção de um projeto pedagógico como orientador da ação e da gestão do atendimento. Assim, essas medidas são meios de viabilizar atividades que contribuam com a construção de projetos de autonomia e emancipação cidadã (BRASIL, 2006). São apontados como pressupostos:

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual), possibilitando que assumam um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas. (BRASIL, 2006, p. 52).

A partir da leitura do Projeto Político Pedagógico das medidas de internação do Distrito Federal – PPP Internação (DISTRITO FEDERAL, 2013), documento ainda válido atualmente, percebe-se que existe uma dificuldade no que tange à realização de atividades de caráter ético-pedagógico nas unidades de internação. De certa forma, apesar de o documento datar de 2013, ainda hoje o enfoque socioeducativo enfrenta dificuldades para se sobrepor ao correccional-repressivo e assistencialista. A impressão é que o caráter punitivo ainda consegue se manter em maior proporção do que o pedagógico. Isso pode ser evidenciado, em especial, a partir da leitura do item 5.1.4 do referido documento a lei, onde se pontua alguns desafios a serem enfrentados:

- Ausência de orientação pedagógica nas atividades, utilizando-as somente como ocupação de tempo;
- Pouco acesso às atividades culturais;
- Esporte, cultura e lazer não são compreendidos como direito;
- Uso do esporte, cultura e lazer como instrumento de barganha e punição;
- Ausência de regularidade/frequência das atividades de esporte, cultura e lazer;
- Falta de profissional habilitado para as áreas de esporte e lazer, cultura;

Nota-se que ainda há muito para avançar quando se trata da garantia de direitos de adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas – ainda mais quando se fala sobre arte, cultura e lazer. A lógica da punição e culpabilização ainda impera, inclusive nas práticas do sistema socioeducativo, muitas vezes marcando o autor de ato infracional com o estigma de inferioridade, de não merecimento. Apesar de avanços na esfera legal, de um modo geral ainda estamos a produzir aviltamento da figura social dos usuários, dando-lhes pouca opção de ser em sociedade, e reforçando visões estigmatizadas sobre esses jovens e adolescentes, que os desvalorizam como uma classe de indivíduos.

Partindo do que foi abordado é que, em 2019, na Unidade de Internação de Saída Sistemática (UNISS), buscou-se novas possibilidades, aproveitando não só o modelo ali instaurado, mas de toda uma estrutura e organização que possibilitou realizar o que seria impossível em outras unidades de internação.

O presente relato de experiência apresenta uma ação que envolve um retorno gradual ao convívio social, por meio do contato e exploração dos espaços culturais da cidade, e que buscou proporcionar acesso aos espaços de cultura a adolescentes e jovens que, muitas vezes, sequer sabiam da existência desses espaços.

## A Unidade de Internação de Saída Sistemática (UNISS)

Inaugurada em 10 de dezembro 2013 e localizada na região administrativa do Recanto das Emas/DF, em área contígua à Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE), se estabeleceu fisicamente em terreno anteriormente ocupado pelo Centro de Referência em Semiliberdade (CRESEM), a Unidade de Internação de Saída Sistemática (UNISS).

A UNISS é composta por quatro Casas de Convivência e possui capacidade máxima para 80 socioeducandos, em quartos que podem alojar de dois a quatro indivíduos. As casas possuem refeitório comunitário e a unidade também conta com uma escola e um espaço multiúso. Das 80 vagas, 36 são para menores de idade, e 44 para maiores de idade. No ano aqui relatado, a casa 01 era ocupada por menores e as casas 02, 03 e

04 por maiores de idade. Essa logística se manteve na maior parte do ano, pois em geral a unidade recebeu um número mais significativo de jovens em comparação ao número de adolescentes. Assim, pensando em ocupação máxima, a casa 01 tinha capacidade para 24 adolescentes, a casa 02 recebia até 12 jovens, a casa 03 até 16 jovens e a casa 04 comportava até 28 jovens. A lotação era bem variável. Em alguns meses se aproximava do limite e em outros o número de adolescentes e jovens acompanhados era bem reduzido, chegando, em alguns momentos, a uma média de 20 internos.

De certa forma, a unidade aqui mencionada tem um caráter híbrido. Se parece com uma internação, mas também se parece com uma semiliberdade. Para entendermos melhor é preciso observar o que vem a ser cada uma dessas medidas prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Podemos observar o que está descrito e a partir disso analisar como foi possível pensar na proposta da construção da UNISS. Segundo o ECA:

Art. 120. Semiliberdade, que pode ser aplicada desde o início como medida socioeducativa ou como forma de transição da internação para o meio aberto. Durante a semiliberdade, o jovem fica vinculado a uma instituição, geralmente no formato de uma casa, mas deve participar de atividades externas, sem necessidade de autorização do juiz. Durante a aplicação da medida, o jovem deve frequentar a escola ou centros de profissionalização existentes na comunidade. A medida não tem prazo determinado, e sua manutenção deve ser reavaliada a cada seis meses.

Art. 121. Internação, caracterizada por medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de desenvolvimento. Deve ser aplicada somente nos casos de grave ameaça ou violência à pessoa; de reiteração no cometimento de infrações graves; ou de descumprimento da medida proposta anteriormente. A internação não tem prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada a cada seis meses. O período máximo de internação, entretanto, é de 3 anos, com liberação compulsória aos 21. E deve ser cumprido em local exclusivo para adolescentes. Os internos devem ser separados por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. Durante o cumprimento da medida, as atividades de escolarização são obrigatórias, bem como a estruturação do Plano Individual de Atendimento (PIA). (BRASIL, 1990).

É claro que uma série de questões não podem ser percebidas somente a partir da letra da lei. Uma semiliberdade e uma internação possuem características e modos de existir que vão além do descrito nesses artigos. No entanto, já conseguimos fazer algumas inferências pelo descrito e comparar com outras questões apontadas pelo SINASE (2006), que prevê o trabalho por fases:

No caso das entidades e/ou programas de execução

de medidas socioeducativas de internação, a organização do espaço físico deverá prever e possibilitar a mudança de fases do atendimento do adolescente mediante a mudança de ambientes (de espaços) de acordo com as metas estabelecidas e conquistadas no plano individual de atendimento (PIA) favorecendo maior concretude em relação aos seus avanços e/ou retrocessos do processo socioeducativo. (p. 51).

O texto ainda menciona a existência de três fases no atendimento socioeducativo, sendo elas a fase inicial de atendimento, a fase intermediária e a fase conclusiva. Aqui, a fase conclusiva é o nosso foco e não podemos deixar de mencionar que nessa fase o “adolescente apresenta clareza e conscientização das metas conquistadas em seu processo socioeducativo” (p. 51). Na fase conclusiva, o foco das ações socioeducativas está na reinserção do jovem em sua comunidade, encaminhamento para atividades externas (profissionalização, esporte, cultura, lazer e participação político-social) e reforço na articulação com a rede de apoio para o adolescente e sua família.

Com base no que foi mencionado, é possível afirmar que a principal característica da UNISS é executar uma particularidade da medida socioeducativa no Distrito Federal, que é o usufruto da saída sistemática. Ela não é a única. Em alguns casos, os socioeducandos do sexo masculino podem usufruir de saídas sistemáticas em outras unidades, no geral, naquela que já faz o seu acompanhamento por algum tempo. O não encaminhamento para a unidade que executa de forma exclusiva a saída sistemática pode se dar por diversos fatores, que podem envolver aspectos ligados à segurança do interno, ou à continuidade de um curso em andamento na unidade na qual está vinculado. Quando se trata das socioeducandas do sexo feminino, existe uma unidade exclusiva para elas, que executa as medidas de internação provisória, estrita e também a saída sistemática.

A Saída Sistemática é um benefício conferido pela vara de execução de medida socioeducativa (VEMSE), que consiste na concessão de saídas para convivência familiar de 48 horas, a serem usufruídas nos finais de semana, quinzenalmente e/ou semanalmente, conforme ofício individual emitido para cada jovem. No caso específico da UNISS, no primeiro mês as saídas são quinzenais e, a partir do segundo mês, o benefício é mensal. No final do terceiro mês é encaminhado um relatório avaliativo e, com base nas informações contidas no mesmo, o socioeducando pode ser liberado da medida socioeducativa. Ainda, conforme o Ofício nº 11/2018 (VEMSE), aos jovens acautelados na UNISS é confiado o benefício de participar de atividades externas, sejam elas para formação profissional, engajamento no mercado de trabalho, acompanhamento ou tratamento de saúde, etc., sem necessitar de prévia autorização. As

autorizações são confeccionadas na própria unidade e validadas pelas Gerências e Direção da mesma.

O grande propósito das saídas sistemáticas é dar início ao processo de convivência no lar e na comunidade, com o objetivo de preparar o socioeducando para uma completa inclusão na vida social – ainda com o suporte e acompanhamento do Estado. Durante esse tempo, as dificuldades podem ser trabalhadas, dentre elas a falta de autonomia dos jovens que permaneceram por muito tempo acautelados em instituições de internação e, portanto, cerceados tanto da liberdade de ir e vir, como também da tomada de decisões nas questões rotineiras de sua vida. Não podemos esquecer que esse período também é importante para a família e serve para que ajustes sejam feitos e para que o jovem reencontre o seu papel no seio familiar.

Sendo esse espaço diferenciado, criado para ofertar aos socioeducandos outras possibilidades, não seria possível transformar a UNISS em um lugar mais significativo, tanto para os que ali trabalham, quanto para os que ali são acompanhados?

O desejo de ter uma resposta positiva para esse questionamento nos aproximou do pensamento do geógrafo chinês Tuan e das ideias por ele compartilhadas em seu livro *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência* (1983). Nele, o autor nos diz que o espaço, um conceito amplo, se torna lugar ao realizar um movimento que vai ao particular, pela experiência que estabelecemos através dos sentidos.

Retirados do seu lugar, do lugar família, lugar casa, lugar bairro, e colocados em um espaço de socioeducação, em uma internação, como no caso da unidade aqui mencionada, como fica esse ser? A esse indivíduo é preciso incentivo para que, através da percepção, do mergulho profundo em si, o mesmo se perceba como parte do lugar, se veja lugar.

Tuan (1983) afirma que: “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado.” (p. 151). E continua: “A arte constrói imagens do sentimento, tornando-o acessível à contemplação e meditação. Ao contrário, o bate-papo social e a comunicação feita de clichês entorpecem a sensibilidade.” (p. 16).

Tínhamos esse desafio. Fazer desse espaço um lugar. Deixar em nossos adolescentes e jovens marcas positivas e memórias tão significativas que, de alguma forma, a restrição de liberdade não fosse percebida a todo o instante. E assim a Arte se fez nossa aliada. A partir do instante que percebemos o quão distante ela se encontrava da realidade da maioria dos nossos “meninos”. Era preciso garantir direitos e quebrar essa lógica de que Arte é para poucos, ou que poucos são capazes de compreendê-la. Lógica que muitas vezes é sustentada pela falta de conhecimento e pelo distanciamento que ainda existe entre a obra de arte e o espectador.

Distância física e também intelectual que nos desafia a criar um movimento de aproximação do público com a Arte, aproximação física e também conceitual. É preciso estudar, apreciar, estar perto, produzir arte. Manter qualquer parcela da população afastada dessa lógica é no mínimo omissão de responsabilidade.

Aqui, uma outra teoria nos aparece como provocadora e como influenciadora na mudança da nossa ótica de atendimento, nos levando a buscar uma ruptura nos paradigmas que insistem em sobreviver, mesmo com o passar dos anos e com as inúmeras mudanças já alcançadas até aqui. Boaventura de Souza Santos (2009), nas suas reflexões sobre o “pensamento abissal”, pensamento da modernidade ocidental que sustenta o sistema de divisão da realidade social entre “o deste lado da linha” e “o do outro lado da linha”(p. 23), aponta que o primeiro só existe e é visível por conta da inexistência e invisibilidade do segundo. Nesse sentido, afirma que são necessárias políticas e ações que permitam a construção de um pensamento pós-abissal, baseado numa “ecologia de saberes”, o que implica, segundo Santos (2009), o “reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento” e a “co-presença radical”, significando assim que “práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários.” (p. 45).

Assim, o processo de ofertar aos adolescentes e jovens acompanhados na UNISS o acesso aos espaços de cultura da cidade e um mínimo de reflexão sobre aquelas produções, possibilitar ao menos uma primeira aproximação, pode ser interpretado como uma ação que permite que aqueles que estão “do outro lado da linha” adentrem nos espaços culturais da cidade, de forma a forçar a co-presença que, segundo Santos (2009), é o ponto nevrálgico na passagem do pensamento abissal para o pós abissal, uma vez que o princípio do pensamento abissal é justamente a ausência não dialética do outro – o excluído não existe nem como outro.

## Organização do projeto: Saídas Culturais

Tudo começava com uma pesquisa das possibilidades, preferencialmente gratuitas de atividades culturais na cidade. Fossem exposições de arte, espetáculos, feiras e outros eventos apropriados para a faixa etária atendida. As pesquisas eram feitas pela internet, por meio de divulgações diversas pela TV, rádio, ou por grupos nas redes sociais. Por algumas vezes, os pedidos de gratuidade foram aceitos e adentramos em eventos pagos.

Os eventos eram catalogados e uma verificação sobre tipo, datas e horários servia como base para escolha do mesmo e inclusão na agenda de atividades que comporiam a jornada pedagógica da unidade. A saída era registrada com título em um sistema usado na unidade,

inclusive um dos grandes facilitadores do processo. Nele tínhamos o acesso aos dados do interno, com informações como o endereço da residência, telefone de contato dos responsáveis, os documentos pessoais com cópia, os registros dos atendimentos da equipe técnica (formada por psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e no caso específico da UNISS, um especialista em artes cênicas). Outras informações importantes também estavam à disposição: o número de carros disponíveis; os motoristas que estariam de plantão no dia; se o socioeducando tinha autorização da família para saídas desse tipo, dentre outras. Essa autorização da família, aqui mencionada, se tratava de um instrumental onde a família decidia que tipo de saídas o socioeducando poderia usufruir. Em alguns casos, a família só autorizava saídas acompanhadas por um responsável legal para passar o fim de semana com os seus. Em outras, além das saídas para ir ao encontro da família, também autorizavam as de cunho pedagógico, para acompanhamento da própria saúde, para realização de cursos e ir ao trabalho – tudo isso sem acompanhamento de pessoas da equipe da unidade ou responsável do núcleo familiar.

É importante mencionar que, em 2019, vivíamos uma situação que de alguma forma possibilitou as Saídas Culturais de forma mais recorrente. Nesse período, tínhamos ao menos três veículos à disposição na unidade. Veículos com capacidades variadas: 15, sete e cinco lugares. As equipes estavam, ao menos na maior parte do ano, com um número razoável de profissionais. A unidade contava com um profissional das artes, que na maior parte do tempo conseguia manter o foco nas ações que guardavam relação com arte, cultura e lazer. As gerências e direção da unidade compreendiam o diferencial da mesma e apostavam em propostas que guardavam relação direta com uma fase da medida socioeducativa que busca a dissolução do vínculo com a instituição de forma gradual e responsável.

A seleção dos adolescentes ou jovens que participaram das atividades aqui intituladas de saídas culturais seguia critérios que foram aos poucos sendo formados. A cada novo evento, novas questões surgiam e essas nos davam respaldo para decidir como faríamos nas próximas.

De toda forma, alguns pontos importantes eram considerados. Como a frequência na escola era uma prioridade, se a atividade não pudesse ser realizada no turno contrário, esse já era um elemento a ser considerado e o socioeducando não poderia estar na saída cultural. Se no dia do evento ele já tivesse outra saída programada, seja por conta de uma consulta médica, ou por conta de uma entrevista de emprego, já agendadas, isso era considerado. Os que estavam inscritos em curso e, por conta do mesmo, estavam todos os dias fora da unidade, esses não conseguiam participar das atividades culturais. Aqueles que em algum momento participaram

das saídas, não eram considerados prioritários nas próximas. Eles participariam de outras quando todos já tivessem tido a oportunidade de ir em ao menos um dos eventos. Os recém-chegados na unidade não eram considerados dentro das prioridades. No geral, esperávamos um tempo até que o mesmo fosse acolhido por todas as equipes e começasse a participar das atividades internas para, após esse período de adaptação, usufruir de atividades externas.

Em alguns casos o adolescente ou jovem era impossibilitado de estar nessas agendas que eram propostas. Os que não possuíam autorização da família para sair da unidade em atividades desse tipo; os que em um turno estavam na escola e em outro estavam no trabalho ou em curso que se estendia por toda a semana; os que se negavam a ir, por motivos que muitas vezes não nos pareciam claros; e, fugindo inclusive do que queríamos inicialmente, os que estavam de medida disciplinar, por conta de alguma ocorrência.

A ocorrência disciplinar gerava algumas penalidades que, com base na gravidade da mesma e após deliberação de um conselho disciplinar, composto por profissional de cada uma das gerências e pela direção da unidade. Após a consideração de todos e do posicionamento do socioeducando sobre o acontecido, se comprovada a veracidade dos fatos e dependendo do grau da ocorrência (leve, média ou grave), o adolescente/jovem poderia perder alguns benefícios, inclusive o de passar o fim de semana junto à família. Não queríamos que a lógica da punição se mantivesse ou que arte e cultura servissem como moeda de troca pelo bom comportamento. De toda forma, as evasões que aconteceram nas saídas culturais tiveram relação direta com a perda da saída de fim de semana, para ser usufruída com a família. Isso gerava uma ansiedade por parte dos socioeducandos que, mesmo conhecendo todos os pontos negativos de uma evasão, em alguns poucos casos, fizeram essa escolha. E isso começou a fazer parte dos critérios de seleção. A perda do usufruto do fim de semana com a família infelizmente começou a configurar como critério para não participação em atividades externas na semana do ocorrido.

Nomes selecionados, carro agendado, autorizações de saída confeccionadas. Tudo devidamente registrado e todos os setores da unidade com ciência da programação. Isso feito e, sempre que possível, conversávamos com os indivíduos que estariam na saída cultural, para falar um pouco sobre o que encontraríamos lá e como seria a rotina, desde a nossa saída até o nosso retorno. Em alguns momentos, esse contato era importante para perceber o não interesse por parte de alguns dos selecionados e, assim, termos tempohável para fazer a substituição. Às vezes, por conta da rotina da unidade, essa conversa acontecia pouco tempo antes da nossa saída.



## Execução das saídas

O dia da atividade externa começava com a verificação se algo mudou desde o dia anterior do evento ou se no dia surgiram questões e imprevistos que gerariam alguma mudança no planejamento. Infelizmente, algumas vezes fomos pegos de surpresa e tivemos que substituir participantes de última hora, ou até mesmo cancelar o agendamento do dia.

Sim, tivemos em muitos momentos que lidar com defeitos no único carro que estaria à disposição no dia, com motorista que apresentou atestado médico no dia do evento e o outro motorista já estava comprometido com outras questões. Também já tivemos que lidar com substituição de adolescentes que na noite anterior ao evento se envolveram em ocorrências. Situações inesperadas também em um momento ou outro já foram motivos para cancelamento de atividades externas. Em uma ocasião específica, em que teríamos apenas um carro e um motorista na unidade, surgiu uma questão de saúde e um adolescente precisou ser encaminhado ao hospital. Todos prontos, acreditando que a demanda seria resolvida a tempo, vimos a noite chegar e não o carro com o seu respectivo motorista.

Estando tudo em conformidade, os socioeducandos eram lembrados sobre o horário para que pudessem se arrumar a tempo. Eles eram deslocados à Gerência de Segurança para assinatura da autorização de saída, e depois encaminhados ao carro. Eram recepcionados pelo profissional das artes e quase sempre por mais uma pessoa da equipe de Especialistas, vinculados à Gerência Sociopsicopedagógica. Na maioria das vezes uma pedagoga, mas já pudemos contar com profissionais da Assistência Social e da Psicologia. Em muitos momentos, Agentes Socioeducativos, vinculados à Gerência de Segurança, também estavam conosco.

No carro, a caminho do local programado, muitas conversas surgiam e, às vezes, o clima de descontração nos permitia ouvir e perceber questões sobre os socioeducandos que dentro do espaço físico da unidade jamais teríamos tido a oportunidade. E, de fato, queríamos isso. Estávamos em busca de momentos únicos, de experiências que pudessem servir de trampolim para tantas outras experiências. E a palavra aqui empregada é de grande estima e não poderíamos apenas mencioná-la.

Dois importantes autores nos trazem reflexões sobre o que vem a ser uma experiência, referenciais que fizeram parte do processo de construção da ação. Para Dewey (1971), a “experiência é o resultado da interação entre uma criatura viva e algum aspecto do mundo no qual ele vive” (p. 253), ou seja, é na interação que se realiza o potencial de experiência contido na existência das coisas. Larrosa (2011), por outro lado, afirma que as coisas do mundo, isoladas, são exclusivamente coisas

do mundo em sua qualidade imediata, de presença; a experiência é relação. E aqui reside o mistério, pois o ato de proporcionar aos “meninos” o encontro com a obra de Arte também possibilitava a efetivação da Arte como experiência, algo que só é possível por conta desse encontro - obra e espectador.

A experiência tem uma relação bem próxima com o que podemos chamar de formação genuína. Claro que não podemos afirmar que todas as experiências são genuinamente formativas. O próprio Dewey (1971) nos mostra que algumas experiências podem ser deseducativas (quando produzem o efeito de parar ou distorcer o crescimento em direção a experiências posteriores), e coloca que o mais importante nos processos formativos não é a insistência com a qual se defende a necessidade da experiência, mas a qualidade do que a experiência proporcionou ao sujeito. Por isso, “quanto mais definida e honestamente se acredita que a educação é um desenvolvimento na, por e para a experiência, mais importante é que sejam claras as concepções do que seja experiência” (DEWEY, 1971, p. 89).

Do mesmo autor podemos observar o seguinte conceito:

o termo experiência pode interpretar-se seja como referência à atitude empírica, seja como referência à atitude experimental. A experiência não é coisa rígida e fechada; é viva e, portanto, cresce. Quando dominada pelo passado, pelo costume, pela rotina, opõe, frequentemente, ao que é razoável, ao que é pensado. A experiência inclui, porém, ainda a reflexão, que nos liberta da influência cerceante dos sentidos, dos apetites da tradição. Assim, torna-se capaz de acolher e assimilar tudo o que o pensamento mais exato e penetrante descobre. De fato, a tarefa da educação poderia ser definida como emancipação e alargamento da experiência. (DEWEY, 1971, p. 199).

Se observarmos os escritos de Larrosa (2011), o qual afirma que experiência é a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque e o modo como lhe atribuímos ou não um sentido, nos chamará atenção o uso abusivo que eventualmente possamos fazer da palavra “experiência”, não levando em consideração as suas possibilidades teóricas, críticas e práticas. Ele nos propõe pensar a educação a partir do par experiência/sentido. Segundo Larrosa (2002), a experiência representa uma possibilidade mais existencial e mais estética. O autor propõe o seguinte conceito:

a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. Walter Benjamin, em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara. (LARROSA, 2002, p. 21).

Somos provocados a pensar a experiência na ótica da formação e da transformação da subjetividade, onde o sujeito da experiência é “um espaço onde têm lugar os acontecimentos” (LARROSA, 2002, p. 24), estando somente ele aberto à sua própria transformação. Os dois autores aqui mencionados nos trazem a discussão sobre o papel formativo da experiência, concebendo-a como constituidora do sujeito. De forma geral, os autores corroboram com o discurso de que a experiência modifica o sujeito que a teve e, em algum grau, as características das experiências futuras. Aqui mora a importância de criarmos condições para que sujeitos em formação sejam tocados e sensibilizados.

No encontro dos socioeducandos com as obras nos museus; nos filmes que, por muitas vezes, pudemos assistir; nas peças de teatro que pudemos acompanhar; nas várias ocasiões que tivemos contato com obras de diferentes linguagens e com diferentes temáticas – em todas essas oportunidades, é nosso desejo que tenha sido possível proporcionar experiências significativas, reflexões ou até mesmo confrontos de existências, que de alguma forma mexeram em lugares nunca antes tocados, movimentaram conceitos e preconceitos, e abriram portas ou talvez janelas para experiências futuras, até mais ricas e relevantes que as primeiras.

A experiência, em nossa visão, não se dava apenas no contato do adolescente/jovem com as obras a eles apresentadas, mas também no contato com ambientes diversos, muitas vezes desconhecidos. Se dava no contato com os artistas ou com os profissionais que ali estavam para mediar a aproximação do público com a obra; no confronto com realidades distintas, com pessoas diversas, com modos de vestir e com comportamentos diversos. A experiência era do novo, do diferente, do desconhecido.

Os espaços visitados e as “coisas” observadas de alguma forma nos atravessam e fazem parte da nossa história, assim como da história daqueles “meninos”, aos quais conseguimos oportunizar vivências significativas depois de longos períodos afastados do convívio social. O Centro Cultural Banco do Brasil, suas galerias de arte, seu teatro e sua sala de cinema; o centro Cultural da Caixa e suas galerias de arte; o Planetário do Distrito Federal, suas exposições, oficinas, seus filmes na cúpula; os espaços do SESC-DF, principalmente os seus teatros e em especial aos teatros do SESC Ceilândia, Gama e Taguatinga; o Espaço H2O, no Recanto das Emas, e os espetáculos ali exibidos; os diversos monumentos e espaço espalhados pelo Eixo Monumental de Brasília – todos serviram para provarmos que a cidade é nossa, é de todos e que, se ocuparmos esses espaços de forma consciente, sempre poderemos contar com eles para nossa diversão, aprendizagem e contemplação.

## Considerações finais

Essa nossa experiência, que não terminava no retorno para a unidade, nos proporcionava muitas outras vivências. O próprio retorno era uma outra experiência. As conversas, as trocas que aconteciam no carro. As conversas futuras, na unidade, em momentos diversos que as situações externas nos ajudavam, e serviam de exemplos para validarmos o que estávamos falando ou validar o que estávamos ouvindo.

As saídas culturais relatadas aqui, tão valiosas à equipe que as organizava, não eram exclusivas da unidade aqui mencionada e, mesmo nela, não foi acontecimento exclusivo daquele ano. Em outros momentos elas já haviam acontecido e em outras unidades também. Nas medidas de meio aberto, executadas pelas Gerências de Atendimento em Meio Aberto ou na medida de semiliberdade, executadas pelas Gerências de Atendimento em Semiliberdade, as visitas a espaços de cultura ou a eventos culturais faziam parte das propostas de ressocialização, cada uma executando dentro das suas possibilidades e dificuldades. O caso UNISS nos pareceu especial por conta do quanto conseguimos naquele ano e a frequência com que conseguimos realizar as saídas.

Não tínhamos um método ou um projeto com metas e objetivos claros. Tínhamos desejo. Desejo de proporcionar, de cumprir com o nosso papel de Estado e garantir o direito aos nossos adolescentes e jovens de experimentar, fruir e vivenciar a Arte. A falta de uma metodologia precisa, de um desenho exato de como as coisas deveriam acontecer não foram empecilhos para que ação fosse executada, com qualidade e organização. As Saídas Culturais não chegaram a virar um projeto da Unidade. Mesmo assim, podemos considerá-las uma Ação, por conta do seu caráter contínuo. A inexistência de uma metodologia não era uma desculpa ou uma barreira para que as coisas deixassem de acontecer. Na verdade, ela não existia no papel, mas de alguma forma, depois de um certo tempo, já estava desenhada e o que faltou foi apenas a sua transposição.

Muitas mudanças aconteceram de 2019 até o presente momento. As equipes mudaram. Pessoas foram e pessoas chegaram. Algumas questões que facilitavam a organização e execução das visitas aos espaços já não existem mais. Os últimos dois anos, por conta da pandemia da COVID-19, foram os mais difíceis. Nos vimos obrigados a esperar, a deixar de buscar, a deixar de propor. Não pudemos usufruir da cidade como podíamos antes e muito menos ofertar essa possibilidade. Há poucos meses, os espaços foram reabertos, mas ainda vivemos um cenário de incertezas, e mesmo as proposições de atividades culturais dentro das unidades acontecem em formatos bem diferentes do que acreditamos ser o ideal.

Conclui-se com o desejo de que outros profissionais

e outras unidades socioeducativas vivenciem e, a partir das vivências aqui relatadas, evidenciem a importância da educação e da arte no sistema socioeducativo, tendo em vista o impacto positivo sobre os adolescentes e jovens acompanhados por essa política pública. Que não esqueçamos que explorar

as potencialidades em campos e áreas diferenciadas (e aqui mencionamos em especial a Arte), além de explorar espaços e lugares variados da cidade e das comunidades, são fundamentais para formarmos cidadãos conscientes, livres e construtores das suas próprias trajetórias, das suas histórias e narrativas. ■

## Referências

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266). Acesso em agosto de 2021.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 19 jan. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm). Acesso em agosto de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH). **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE**. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

DEWEY, John. A Arte como Experiência. In: **Os Pensadores**. Vol. XL. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria da Criança. Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. **Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal** – Internação. Brasília/DF: 2013.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, 2002.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 4-27, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.), **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edição Almeida, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

## Apêndice

Foto 1.



Fonte: Autor.

Foto 2.



Fonte: Autor.